


AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO: ENSAIO TEÓRICO

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.038-004>

Andson Teixeira

Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal.
E-mail: andson.teixeira@ufms.br

Patricia Teixeira Tavano

Docente do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal. Doutora em Educação.
E-mail: patricia.tavano@ufms.br

RESUMO

A avaliação na educação representa um dos pilares para a compreensão do desenvolvimento do estudante e o aprimoramento dos sistemas educacionais, servindo como base para decisões políticas, pedagógicas e sociais. Em um contexto de constantes mudanças e complexidades, torna-se essencial repensar as práticas avaliativas de modo que elas promovam não apenas o diagnóstico das condições de ensino e aprendizagem, como ponto final do processo em uma nota somatória, mas também incentivem o desenvolvimento de políticas inclusivas, eficazes e transformadoras. A avaliação deve ser vista como uma ferramenta reflexiva e dinâmica, indo além do julgamento quantitativo para contribuir com uma análise qualitativa dos processos educativos e de seus impactos sobre a formação do aluno e da sociedade em geral. Este estudo, na forma de ensaio teórico, pretende discutir a avaliação como um instrumento capaz de promover a equidade, a inclusão e a qualidade educacional, permitindo que o sistema educacional se aproxime de uma educação verdadeiramente humanizadora e transformadora.

Palavras-chave: Avaliação na educação. Categorias de avaliação. Tipos de avaliação. Avaliação humanizadora.



1 INTRODUÇÃO

Avaliação, palavra carregada de temor, seja em ambiente escolar ou não escolar. Independente do momento em que a mesma tenha sido empregada, provavelmente foi em caráter medidor, classificatório, procurando quantificar algo ou alguma coisa.

No meio escolar ou acadêmico, mesmo em contextos não diretamente ligados à educação formal, a palavra avaliação frequentemente remete à ideia de uma atividade escrita ou prática, destinada a verificar o domínio de um conteúdo ou informação de área específica. Essa percepção é comum em diversos ambientes, pois a avaliação sempre foi associada ao processo de medir o conhecimento de alguém, comparando esse entendimento a uma escala numérica de zero a dez, significando que a nota zero foi baixo no desenvolvimento do aprendizado, e a nota dez ressaltando ênfase a um suposto nível total de absorção do conteúdo, deixando de lado demais aspectos que interferem, e por vezes determinam, todo um processo de ensino e aprendizado.

Abramowicz (1996) descreve como tem sido empregada a avaliação:

A avaliação é vista como atribuição de notas, via provas, e ganha uma dimensão essencialmente, de medida. Enquanto medida, precisa e objetiva, ela se volta para os resultados da aprendizagem, quantitativamente expressos. Dessa forma os educandos são classificados sem nenhuma preocupação de interpretar e compreender o significado dessas notas (Abramowicz, 1996, p.87).

A autora traz uma percepção de como, há décadas, esse sistema tem sido empregada nas áreas de educação, forçando e impondo a barreira de que o estudante deve ser apenas o receptor, decorar o assunto e descrever no papel ou em fala, conforme explicado pelo avaliador.

Contudo, esse entendimento simplista do que é avaliação e como deveria ser empregada já não cabe mais no contexto da atual sociedade contemporânea e tecnológica, como é a geração do século XXI, que tem informações de todos os níveis na palma da mão. A avaliação devia e deve ser também uma prática cotidiana, que precisa ser revisada, analisada, e organizada em toda ação proposta pelo docente ou aplicador, permitindo a participação de todo contexto empregado no ato do avaliado.

A avaliação deve ser entendida como um processo de aprendizagem contínuo, que possibilita ao aluno refletir sobre sua trajetória, identificar suas dificuldades e potencialidades, e construir sua autonomia, sempre com o objetivo de promover o seu desenvolvimento integral (Hoffmann, 2009, p. 47).

Hoffmann (2009) indica que a avaliação é um processo formativo, centrado no aluno e voltado para o seu crescimento e autoconhecimento, migrando de uma concepção singular para uma ideia de conhecimento com o plural, desenvolvendo seus sentidos culturais, intelectuais e sociais de um modo emancipador e autônomo.



Nesse sentido, este estudo, na forma de ensaio, pretende discutir a avaliação como um instrumento capaz de promover a equidade, a inclusão e a qualidade educacional, permitindo que o sistema educacional se aproxime de uma educação verdadeiramente humanizadora e transformadora.

2 AVALIAÇÃO HUMANIZADORA

No ambiente escolar, o pensamento tradicional em torno da avaliação muitas vezes se limita ao de medir o quanto os estudantes retêm do assunto, sem considerar o desenvolvimento de dimensões críticas do pensamento. Esse tipo de avaliação tradicional autoritária tende a focar na simples verificação de informações, um exemplo de “copia-cola”, ao em vez de fomentar a produção social, cultural, intelectual e a compreensão mais profunda do contexto pleno da vivência e cotidiano do aluno. Hoffmann (2000, p.16) considera a “dicotomia educação e avaliação uma grande falácia”, pois se prega a necessidade de mudança, de se ter preocupação com a aprendizagem do aluno, mas na realidade o que se faz ao avaliar é o “julgamento de resultados”.

Para evitar que esse princípio de avaliação persista, é essencial explorar diversas formas de analisar e compreender o processo avaliativo, levando em conta as particularidades de cada indivíduo, e para que isso ocorra abrangendo todo um contexto social e de especificidades, que existem diversas metodologias, abordagens e maneiras em que possam ser desenvolvidos e apresentados no decorrer de uma avaliação, não focando no professor como centro medidor do conhecimento, mas sim, permitindo que a partir do conhecimento prévio do aluno com o conteúdo ou proposta, o docente possa desenvolver suas sondagens e métodos que levará a todos uma compreensão plena do conteúdo ou estudo apresentado, fomentando o pensamento crítico, lúdico, social e dinâmico de se ver todo um processo de ensino e aprendizagem no ato de transparecer suas ideias e conhecimento mediante a uma avaliação.

A avaliação da aprendizagem é um componente essencial no processo educativo, que, longe de se restringir à mera atribuição de notas ou classificações, deve ser entendida como uma prática pedagógica profunda e transformadora. Na visão Hoffmann (2009), a avaliação precisa ser um instrumento que diagnostica o progresso do aluno, oferecendo-lhe oportunidades para refletir sobre suas dificuldades e potencialidades, e dessa maneira permitir que o aprendizado ocorra de modo significativo. Como afirma a autora “a avaliação deve ser entendida como um processo de aprendizagem, de autorreflexão e de construção da autonomia, e não como julgamento de valor sobre o aluno” (Hoffmann, 2009, p. 47). A avaliação, nesse sentido, é uma aliada do professor para ajustar o ensino às necessidades dos alunos, buscando constantemente apoiar seu desenvolvimento integral.

Tão importante quanto o ato avaliativo ser emancipador, unilateral e permitindo pensamento crítico, analisando e contribuindo para todo o contexto do avaliado, desde o ponto em que o aluno conseguiu compreender, de que forma compreendeu, até a realidade e o meio em que o aluno

desenvolve seu estudo, é colaborar para que os estudantes tragam com a avaliação, a análise de vida social, pensando em seu contexto horizontal, se esse aluno ou aluna é um pai ou mãe trabalhadora de tempo integral, se dispõe de recursos tecnológicos e físicos para desenvolver o estudo e atividade, se suas necessidades em casa com a rotina os permitiram um amplo desenvolvimento ao buscar compreender ou estudar um assunto, e outras demais questões que são importantes analisar antes e no processo avaliativo, sabendo que cada ser humano tem uma especificidade de vida social e modo de aprender e desenvolver sua aprendizagem.

Tavano (2021) entende que a avaliação deve ser compreendida como um processo educativo profundamente ligado ao contexto sócio-histórico-cultural. Ela discute a avaliação como uma prática que vai além da simples mensuração do aprendizado, abordando sua importância no desenvolvimento e na construção da aprendizagem dos alunos. A autora enfatiza a necessidade de refletir sobre os diferentes tipos de avaliação e suas implicações no cotidiano escolar, argumentando que elas devem estar alinhadas aos objetivos educativos e às realidades dos estudantes, buscando sempre promover a reflexão e a aprendizagem contínua. Discute a avaliação como um processo dinâmico e essencialmente educativo, que vai além de sua função classificatória, um processo contínuo, que envolve o acompanhamento da aprendizagem, a reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas e a adaptação do ensino às necessidades dos alunos, com o objetivo de promover o seu desenvolvimento integral.

A autora segue indicando que a avaliação deve ser entendida como uma ferramenta de apoio ao processo de aprendizagem, favorecendo a reflexão e a construção de autonomia no aluno. Além disso, destaca que a avaliação deve ser vista como um instrumento de auxílio ao educando, possibilitando sua superação e o seu progresso dentro do processo de ensino-aprendizagem, em vez de ser apenas um meio de classificação ou julgamento. Todos esses pontos e outros aspectos podem ser analisados e devemos destacar e compreender junto ao aluno para que a avaliação não se vincule à apenas um movimento, o corriqueiro da sala de aula como processo de passar de ano, dar nota ou medir conhecimento.

Luckesi (2005) defende que a avaliação deve ir além de seu caráter normativo e técnico. Para ele, a avaliação precisa ser um ato ético e emancipador, com a finalidade de promover o crescimento pessoal e a autonomia do aluno. O autor afirma que “avaliar é, fundamentalmente, auxiliar o educando a aprender e a superar-se em seu processo de desenvolvimento” (Luckesi, 2005, p. 67). Ele propõe uma prática avaliativa que liberte o processo de ensino-aprendizagem de uma visão punitiva e de controle, enfocando-a como uma atividade que auxilia o aluno a compreender o mundo e a si mesmo de forma crítica.

Dessa forma, Hoffmann (2009), Luckesi (2003) e Tavano (2021) convergem na concepção de que a avaliação deve ser uma prática humanizadora e construtiva, com a intenção de transformar a experiência educacional em um processo significativo e formativo. Esta visão conjunta estabelece uma



base teórica sólida para refletir sobre o papel da avaliação no desenvolvimento do indivíduo e na construção de uma educação mais inclusiva e democrática.

Entretanto, a avaliação não se limita apenas a sala de aula e aos alunos, esta também é desenvolvida e aplicada em diversos níveis e dimensões que não só avaliam o desenvolvimento de aprendizagem do estudante, mas, como também analisa e busca através de políticas públicas, auxiliar todo o contexto em que esse aluno está inserido, como estrutura da escola, as propostas de ensino e aprendizagem, as propostas pedagógicas, as formações docentes e todos outros aspectos que envolvem a educação. Abordaremos aqui as três categorias de avaliação: interna; externa; da aprendizagem.

3 CATEGORIAS E TIPOS DE AVALIAÇÃO

Para entendermos essas três categorias, vale ressaltar que as mesmas, a seu modo e maneira de ser aplicada, buscam coletar informações em escalas e diferentes níveis, partindo do micro como podemos nortear, que se refere a sala de aula e os alunos, até a macro das avaliações, onde se verifica o conceito e aprendizado, infraestrutura, material em diversas escalas e instituições de ensino de nível municipal, estadual e federal.

A avaliação externa, ou de larga escala, refere-se a um processo de análise do desempenho das instituições de ensino, alunos ou sistemas educacionais, geralmente realizados por entidades externas, como órgãos governamentais ou instituições independentes ou particulares, designadas para tal função. Essa é preparada, aplicada e avaliada por organismos externos as instituições que estão sendo avaliadas, ou seja, a escola, universidade ou meio que recebe essa avaliação externa não tem interferência nenhuma em seu processo de criação, análise e correção do que é aplicado. A mesma é aplicada de modo que possa ser observado e analisado todo um perfil do que acontece naquela determinada instituição, desde sua estrutura física, até seu processo de ensino e aprendizagem.

A avaliação externa tem um papel significativo na educação, podendo atuar como um catalisador para melhorias e inovação. Contudo, é crucial que esse processo seja desenvolvido de forma equilibrada e reflexiva, considerando as particularidades de cada contexto educacional ao qual está sendo inserida. A ênfase deve ser em promover um aprendizado significativo, em vez de meramente buscar bons resultados em avaliações, assim as informações coletados podem oferecer dados objetivos sobre a qualidade do ensino, auxiliando na comparação entre as escolas e sistemas de ensino, podendo promover a responsabilidade das instituições educacionais em relação ao aprendizado do aluno, usando os resultado para identificar áreas que precisam de melhorias e direcionar investimentos e políticas educacionais, permitindo que as escolas aprendam umas com as outras, ao verem o que funciona bem em diferentes contextos e particularidades sociais.

Por outro lado, a avaliação externa tem recebidos críticas através de literaturas e estudos sobre esses métodos, parte desses estudos afirmam o foco excessivo em testes aplicados pelas instituições

que recebem esse tipo de avaliação, podendo levar a um ensino de “ensinar para o teste”, ao em vez de promover um aprendizado mais profundo e significativo. Outro questionamento é a pressão colocada sobre alunos e professora para obter boas notas, gerando muitas das vezes estresse e desmotivação, fazendo com que haja uma redução da diversidade por não considerar as particularidades dos locais ou suas culturas, levando a avaliação a uma padronização inadequada. Entre outros fatores, também temos a desvalorização de competências não mensuráveis, essas como criatividade, trabalho em equipe e análise crítica que podem não ser adequadamente avaliados, por ser algo padronizado.

Hoffmann (2009) critica a avaliação externa no contexto educacional, principalmente quando ela se torna um instrumento de controle e classificação, em vez de promover o desenvolvimento do aluno. Ela destaca que a avaliação externa, frequentemente associada a exames e testes padronizados, não leva em consideração as individualidades e as reais condições dos alunos, o que pode gerar distorções nos processos de ensino-aprendizagem. Para Hoffmann (2009) essas avaliações externas tendem a reduzir o aprendizado a números ou classificações, sem proporcionar um espaço de reflexão crítica e de crescimento para os alunos. Além disso, a autora defende que a avaliação deve ser em primeiro lugar, um processo formativo e não um julgamento externo, e ela acredita que a verdadeira avaliação é aquela que ocorre dentro do contexto da sala de aula, onde o professor tem a capacidade de acompanhar o progresso do aluno de forma contínua e adaptativa. Assim, a avaliação externa, muitas vezes, entra em contraste com essas práticas pedagógicas mais profundas e individualizadas.

Cipriano Luckesi também é crítico em relação à avaliação externa, especialmente no contexto de exames padronizados que são amplamente utilizados para medir o desempenho dos alunos. Ele considera que a avaliação externa, como as provas de larga escala, pode resultar em uma visão fragmentada e reducionista do aluno, já que esses testes não levam em consideração o contexto real de aprendizagem e as características individuais dos estudantes. Para Luckesi (2005), esse tipo de avaliação não favorece o desenvolvimento completo do aluno, mas sim a competição e a classificação, argumentando que a verdadeira avaliação é formativa e deve ser feita dentro do ambiente escolar, de forma contínua e adaptativa, permitindo que o professor acompanhe o processo de aprendizagem de maneira integral e construtiva. A avaliação externa, ao focar em resultados pontuais e quantitativos, muitas vezes falha em fornecer informações ricas que possam ajudar a promover o aprendizado e a reflexão crítica dos alunos, defendendo que uma avaliação seja mais do que apenas um julgamento externo, e deve se voltar para a autonomia e a construção do conhecimento dos estudantes.

Tavano (2021) vê a avaliação como um processo contínuo, que deve acompanhar a aprendizagem de forma adaptativa e reflexiva. Nesse sentido, as avaliações externas podem ser limitantes, pois não consideram o contexto individual dos alunos e podem desvirtuar o propósito educativo, que é promover o desenvolvimento integral. Para a autora, a avaliação deve ser feita de



maneira contextualizada, buscando entender as especificidades de cada aluno, ao invés de reduzi-lo a uma avaliação padronizada.

Bauer, Alavarse e Oliveira (2015) discutem a utilização de avaliações em larga escala como instrumentos de gestão educacional e responsabilização de professores e escolas. As avaliações padronizadas, amplamente adotadas em diversos países, incluindo o Brasil, geram um debate sobre suas vantagens e limitações. O estudo destaca tanto a validade e o papel dessas avaliações nas reformas educacionais, quanto as críticas a seu uso, como para a alocação de recursos, definição de bônus para professores e a criação de rankings competitivos entre escolas e redes de ensino. Os autores também apresentam uma reflexão crítica sobre o uso dessas avaliações e sugerem que, embora úteis, elas não devem ser vistas como o único indicador de qualidade do ensino.

A avaliação institucional ou interna é um processo no qual a própria instituição de ensino analisa suas práticas, estrutura e resultados para identificar aspectos que precisam de melhorias. Esse tipo de avaliação busca compreender como a escola ou a universidade está funcionando em relação aos seus objetivos pedagógicos, administrativos e sociais, e, com isso, favorecer o desenvolvimento de estratégias que promovam um ambiente de aprendizagem mais eficaz e inclusivo.

Diferente da avaliação externa, que é realizada por órgãos ou entidades fora da instituição, a avaliação interna permite que a escola ou universidade tenha um olhar mais próximo e personalizado sobre as necessidades e realidades internas. Esse processo é, em grande parte, auto reflexivo e contínuo, incentivando que todos os envolvidos, desde gestores e professores até alunos e funcionários, participem ativamente, pois a visão de cada grupo contribui para uma análise mais completa e realista do contexto institucional. Entre os principais objetivos da avaliação institucional estão o aprimoramento da qualidade do ensino, o fortalecimento do ambiente de trabalho, a adequação das práticas pedagógicas e a busca pela eficiência administrativa. Ferramentas como questionários, entrevistas e grupos focais são comumente utilizadas para levantar dados sobre os diferentes setores e dimensões da instituição. A partir dessas informações, torna-se possível propor mudanças concretas que atendam às reais demandas do contexto educativo, desse modo Hoffmann (2009, p. 56) destaca que:

A avaliação institucional, ao contrário da avaliação externa, permite um olhar interno, mais próximo e contínuo, que envolve todos os atores da comunidade escolar, com o objetivo de promover o aprimoramento do ensino, a adaptação das práticas pedagógicas e a eficiência administrativa, a partir de uma análise reflexiva e participativa.

No Brasil, a avaliação institucional tem um papel central na gestão escolar, especialmente em instituições que buscam aprimorar seu desempenho frente às diretrizes e exigências do Ministério da Educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (Brasil, 1996), incentiva a

execução de processos avaliativos regulares para garantir a qualidade da educação, indicando como competência da União:

Art. 9º, VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino (BRASIL, 1996).

Essa prática, além de contribuir para a melhoria interna, também é uma forma de prestar contas à comunidade escolar e à sociedade em geral, reforçando a transparência e o compromisso da instituição com a formação de seus alunos. O envolvimento de todos os atores nesse processo é essencial para que os resultados reflitam, de fato, o estado da instituição, promovendo uma cultura de responsabilidade coletiva. Lück (2009, p. 72) enfatiza que:

A avaliação institucional não se limita à melhoria dos processos internos, mas também se constitui em um mecanismo de prestação de contas à sociedade, reforçando a transparência e a corresponsabilidade entre os diversos atores envolvidos no processo educativo.

Portanto, a avaliação institucional é uma ferramenta estratégica para fortalecer as práticas educacionais e administrativas, colocando a instituição em um caminho de constante evolução. Esse processo permite que ela responda às novas demandas e desafios da educação, ajustando-se continuamente para proporcionar um ensino de qualidade e uma experiência positiva para todos os envolvidos.

Por fim, a avaliação da aprendizagem, também chamada de avaliação de conteúdo, avaliação da disciplina, avaliação de desempenho, entre outras designações. Tem como objetivo avaliar o desenvolvimento dos alunos e, ao mesmo tempo, orientar os professores na adaptação de suas práticas pedagógicas. Esta deve apoiar o desenvolvimento integral do aluno, o foco da avaliação é no desenvolvimento contínuo e na construção da autonomia do discente, ao invés de limitar-se a medir ou classificar, a mesma tem a finalidade de promover a melhoria do ensino. A avaliação da aprendizagem serve como um mecanismo para o professor ajustar suas práticas pedagógicas conforme as necessidades dos alunos, promovendo uma abordagem mais personalizada e eficaz, ajudando a estimular a reflexão, essa também deve incentivar tanto o professor quanto o estudante a refletirem juntos sobre o que está sendo aprendido e como o aprendizado pode ser aprimorado.

A avaliação da aprendizagem, quando bem aplicada, proporciona *feedback* constante ao aluno, permitindo que ele compreenda não apenas seus acertos, mas principalmente suas dificuldades e erros ao longo de seu desenvolvimento. Esse *feedback* deve ser construtivo, ajudando o aluno a refletir sobre seu processo de aprendizagem, ajustando seus métodos e estratégias de estudo. Essa abordagem é reforçada por Luckesi (2003), que vê a avaliação como uma oportunidade para os alunos fazerem sua auto avaliação e se perceberem como protagonistas no processo de aprendizado.

Tavano (2021) complementa essa visão, afirmando que a avaliação deve ser também um diagnóstico, estando alinhada com as necessidades específicas de cada aluno. Isso significa que os professores devem usar a avaliação como uma ferramenta para entender onde os alunos estão em seu processo de aprendizagem, ajustando o ensino para atender às suas necessidades. A avaliação não deve ser apenas um instrumento de julgamento, mas um processo contínuo de diagnóstico e de acompanhamento do desenvolvimento do aluno. Essa perspectiva permite ao professor identificar os pontos fortes e os desafios individuais, promovendo uma intervenção mais significativa e personalizada. Ao alinhar a avaliação às necessidades específicas de cada aluno, o educador favorece um ambiente de aprendizado mais inclusivo e eficiente, onde a evolução de cada estudante é respeitada e estimulada, reforçando a visão de Hoffmann (2009) de que a avaliação é um processo de autorreflexão e construção da autonomia.

É preciso também entender os tipos de avaliação: formativa, somativa e diagnóstica.

A avaliação formativa que é um tipo de avaliação contínua, cujo objetivo principal é monitorar e melhorar o processo de aprendizagem dos alunos ao longo do tempo. O propósito da avaliação formativa é identificar dificuldades, ajustar métodos de ensino e ajudar os alunos a progredirem em seus conhecimentos e habilidades. Ela envolve atividades como questionários, debates, exercícios práticos, projetos e tarefas que auxiliam na observação do desenvolvimento do aluno. Segundo Luckesi (2011), a avaliação formativa não deve ser encarada como um julgamento, mas sim como uma ferramenta de apoio, ajudando o aluno a compreender suas áreas de dificuldade e encontrar maneiras de superá-las. O autor ainda destaca que à avaliação formativa não deve ser uma simples verificação de conteúdos, mas um "instrumento de investigação", que questiona a relação entre ensino e aprendizagem, possibilitando uma intervenção pedagógica mais adequada às dificuldades de cada aluno. A ideia é que o erro, em vez de ser penalizado, seja entendido como parte natural do processo de aprendizado, sendo uma oportunidade para ajustes e melhorias, tanto por parte dos alunos quanto dos professores. Em essência, a avaliação formativa promove um aprendizado mais ativo e personalizado, onde o *feedback* recebido possibilita que o aluno e o professor ajustem suas estratégias de estudo e ensino para alcançar os objetivos educacionais de maneira mais eficaz.

Fernandes (2006) também discute a avaliação formativa, oferecendo uma reflexão detalhada do papel que esta cumpre no contexto educacional. Em seu texto ele propõe a construção de uma teoria que vai além dos modelos tradicionais de avaliação, com um foco mais integrado, contínuo e adaptado às necessidades dos alunos e professores. O autor em seu estudo introduz o conceito de avaliação formativa alternativa (AFA) para diferenciar a avaliação formativa que realmente tem como objetivo melhorar o processo de ensino-aprendizagem daquelas práticas que são apenas "intencionais" ou pontuais, muitas vezes mal fundamentadas. Para ele, muitas vezes os professores afirmam que estão aplicando uma avaliação formativa, mas, na realidade, estão utilizando métodos sumativos ou que

apenas verificam o alcance de objetivos específicos de maneira isolada. A AFA é vista como uma abordagem mais robusta, que não apenas coleta dados sobre o progresso do aluno, mas também busca regulá-los e orientá-los continuamente, utilizando ferramentas como *feedback* contínuo, atividades de revisão e práticas pedagógicas reflexivas. Ela visa a melhoria contínua das aprendizagens, ao invés de apenas classificar ou certificar o aluno.

A avaliação formativa, segundo Fernandes (2006), deve ser pensada também como uma prática social que vai além da sala de aula. Deve envolver a comunidade educativa de forma ativa, incluindo professores, alunos e até mesmo pais, garantindo que todos tenham uma visão clara dos objetivos e dos resultados esperados. A ideia central é que a avaliação reflita o processo de ensino-aprendizagem e promova uma cultura de melhoria contínua, em que todos os agentes envolvidos no processo educacional se sintam responsáveis pela aprendizagem.

O autor critica fortemente a avaliação tradicional, que se concentra apenas na avaliação sumativa, ou seja, aquela que busca apenas aferir os resultados dos alunos por meio de provas e notas. Para ele, esse modelo é limitado porque não contribui para o processo de aprendizagem em si, mas apenas para a classificação dos estudantes. Em contrapartida, a avaliação formativa alternativa está alinhada com as abordagens pedagógicas construtivistas e socioculturais, que buscam entender a aprendizagem como um processo dinâmico e interativo, no qual o *feedback* desempenha papel central.

Fernandes (2006) defende que, para que a avaliação formativa seja realmente eficaz, ela precisa ser aplicada de forma integrada, contínua e centrada no aluno. Ela não deve ser vista como um simples momento de verificação de aprendizagem, mas como uma prática pedagógica que influencia e melhora o processo de ensino. A avaliação formativa alternativa, portanto, é uma alternativa robusta à avaliação tradicional, contribuindo de forma concreta para o desenvolvimento de todos os envolvidos no processo educacional.

A avaliação somativa é um tipo de avaliação que ocorre ao final de um processo de ensino-aprendizagem e tem como principal objetivo medir e classificar o desempenho dos alunos, verificando se eles atingiram os objetivos educacionais previamente estabelecidos. Ao contrário da avaliação formativa, que visa fornecer *feedback* contínuo e promover melhorias durante o processo de aprendizagem, a avaliação somativa é focada no resultado final.

Esse tipo de avaliação é comumente realizado por meio de provas, testes, exames finais, ou projetos conclusivos, e tem um caráter mais formal, sendo usada para atribuir notas ou conceitos. A avaliação somativa, portanto, serve para “somar” os conhecimentos adquiridos ao longo de um período e, frequentemente, tem impacto no histórico acadêmico do aluno, servindo também para fins de certificação ou promoção para níveis mais avançados de ensino.

Segundo Luckesi (2011), a avaliação somativa está associada à ideia de julgamento final, buscando verificar o nível de aprendizado alcançado pelo estudante, sem necessariamente oferecer

uma oportunidade para correção ou reavaliação antes da conclusão do ciclo de aprendizagem. Ela busca classificar e categorizar os alunos com base no desempenho final, sendo muitas vezes usada para fazer comparações entre estudantes ou até entre instituições educacionais. Além disso, a avaliação somativa é crucial para a avaliação de políticas educacionais e resultados de programas, pois oferece uma visão consolidada do desempenho geral dos alunos e do sistema de ensino.

Fernandes (2021) discute as diferenças e interações entre as avaliações formativa e somativa (designada como sumativa pelo autor) no contexto educacional. A avaliação somativa, segundo Fernandes (2021), está focada nos resultados dos alunos após o processo de ensino e visa determinar o nível de desempenho alcançado ao final de determinado período de tempo. Ela não deve ser confundida com a avaliação formativa, que acompanha o processo de aprendizagem de forma contínua, focando em fornecer *feedback* para aprimorar o desempenho dos alunos durante o percurso educacional.

A avaliação sumativa¹ permite-nos elaborar um balanço, ou um ponto de situação, acerca do que os alunos sabem e são capazes de fazer no final de uma unidade didática ou após ter decorrido um certo período de tempo. Neste sentido, a avaliação sumativa é pontual, porque ocorre em certos momentos mais ou menos pré-determinados, enquanto a avaliação formativa é tendencialmente contínua (Fernandes, 2021, p. 4).

No entanto, a avaliação somativa também pode ter um papel formativo, caso seja usada para refletir e aprimorar práticas pedagógicas. O autor também discute os métodos e técnicas de coleta de dados para a avaliação somativa, como provas e testes, e enfatiza que a principal função dessa avaliação é fornecer informações que ajudem a entender o nível de aprendizagem alcançado pelos alunos em comparação com os objetivos estabelecidos.

Por fim, temos a avaliação diagnóstica, esta é uma ferramenta pedagógica utilizada para identificar o nível de conhecimento prévio dos alunos antes de iniciar um novo conteúdo ou módulo de ensino. Seu principal objetivo é entender o que os alunos já sabem, quais habilidades possuem e quais áreas precisam de mais atenção, permitindo que o ensino seja adaptado para atender melhor às suas necessidades.

De acordo com Luckesi (2011), a avaliação diagnóstica não busca classificar ou julgar os alunos, mas sim diagnosticar suas dificuldades de conhecimento, para que o ensino subsequente seja mais eficaz. Esse tipo de avaliação é especialmente útil no início de um ciclo escolar ou de um novo tema, pois orienta o planejamento pedagógico, ajudando o professor a ajustar suas estratégias de ensino com base nas necessidades específicas de seus alunos.

Tavano (2020, p. 40) destaca que:

¹ Termo grafado conforme utilizado em Portugal, refere-se à avaliação somativa no Brasil.



Deve-se explicar claramente que a atividade aplicada busca saber exatamente o que eles sabem, pois esse conhecimento progresso será essencial para um preciso planejamento das atividades e dos conteúdos e para que não se desperdice tempo falando do que eles já sabem.

Essa abordagem visa aperfeiçoar o tempo de ensino, evitando a repetição de conceitos que os estudantes já dominam e permitindo que o planejamento se concentre nas áreas em que eles realmente precisam de mais apoio. Esse princípio é fundamental para uma prática pedagógica eficaz, pois permite personalizar o ensino, oferecendo aos alunos uma aprendizagem mais significativa e focada nas suas necessidades reais. Assim, a avaliação diagnóstica, como argumentada por Tavano (2020), não é apenas um meio de medir conhecimentos, mas um passo inicial crucial para a construção de um aprendizado mais direcionado e proveitoso.

A avaliação diagnóstica pode ser realizada por meio de atividades diversas e é essencial para personalizar o aprendizado, promovendo intervenções pedagógicas desde o início do processo de aprendizagem. Além disso, ela contribui para o engajamento dos alunos, ao mostrar que o professor está atento ao seu nível de compreensão e disposto a apoiar seu desenvolvimento de forma individualizada. Esse tipo de avaliação é fundamental, pois permite uma abordagem mais eficaz e centrada no aluno, resultando em melhores resultados acadêmicos no longo prazo.

Em suma, a avaliação no contexto educacional seja ela diagnóstica, somativa ou formativa, desempenha um papel crucial na melhoria do processo de ensino e aprendizagem. Portanto, as diferentes formas de avaliação devem ser vistas como complementares cada uma com seu papel específico dentro do processo educativo. Quando bem aplicadas, essas avaliações não só permitem que os educadores monitorem o aprendizado, mas também contribuem para o crescimento contínuo da instituição, oferecendo uma compreensão mais profunda das dinâmicas de ensino. A avaliação, em qualquer uma de suas formas, deve ser sempre um instrumento a serviço da aprendizagem, promovendo um ambiente educacional mais justo, inclusivo e eficaz.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este estudo, analisamos o que é uma avaliação e seus níveis, como funcionam e quais suas vantagens e desvantagens, portanto, é fundamental que a avaliação da educação seja considerada um processo contínuo e inclusivo, com o intuito de promover não só a aprendizagem dos alunos, mas também o aprimoramento das instituições educacionais e de todo o sistema. A reflexão crítica sobre as práticas avaliativas, como sugerem os estudiosos citados, deve ser constante, pois só assim será possível construir uma educação mais justa, eficiente e transformadora para todos.

Observamos a definição da avaliação educacional e seus diferentes níveis, destacando como cada tipo de avaliação funciona, além de suas vantagens e desvantagens no contexto escolar e acadêmico. É essencial entender que a avaliação não deve ser um processo pontual ou isolado, mas sim uma prática contínua e inclusiva. O objetivo principal é promover não apenas a aprendizagem dos



alunos, mas também o aprimoramento constante das instituições educacionais e de todo o sistema de ensino.

Além disso, o papel das políticas públicas na construção de um sistema educacional mais justo e eficiente é fundamental. As avaliações, quando utilizadas de maneira reflexiva e contextualizadas, podem fornecer informações valiosas para a formulação de políticas educacionais que atendam às necessidades de todas as camadas da sociedade. No entanto, a construção de políticas públicas eficazes depende de uma análise cuidadosa dos dados provenientes dessas avaliações, sem que se reduza a educação a números ou a rankings de desempenho. A reflexão sobre o uso e as limitações dessas avaliações é uma condição necessária para evitar que se perpetuem desigualdades e práticas excludentes dentro do sistema educacional.

Por fim, é fundamental que a avaliação da educação se torne uma prática inclusiva, que envolva todos os participantes no processo educativo. Como sugerem diversos estudiosos da área, a avaliação deve ser um reflexo das realidades do contexto escolar, levando em consideração não apenas o desempenho acadêmico dos alunos, mas também o seu desenvolvimento pessoal e social. Dessa forma, será possível criar um ambiente educacional mais justo, que não apenas mensure o conhecimento dos alunos, mas que os ajude a se desenvolver plenamente, tanto no aspecto cognitivo quanto no aspecto humano. Ao promover a reflexão crítica e a adaptação das práticas avaliativas, é possível avançar na construção de uma educação de qualidade, capaz de transformar a sociedade e atender às necessidades dos alunos e das comunidades.

Portanto, ao integrar diferentes formas de avaliação, sempre com um olhar atento às suas limitações e potencialidades, podemos não apenas melhorar os processos de ensino e aprendizagem, mas também contribuir para a construção de um sistema educacional mais justo, eficiente e transformador. As avaliações não devem ser vistas como um fim, mas como um meio para alcançar uma educação que seja verdadeiramente capaz de preparar os alunos para os desafios do século XXI, permitindo-lhes adquirir não apenas conhecimento acadêmico, mas também habilidades críticas e criativas que os capacitem a participar ativamente na construção de uma sociedade mais equitativa e democrática.



REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Mere, *Avaliando a avaliação da aprendizagem: um novo olhar*. São Paulo: Lúmen, 1996.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 23 de novembro de 2024.

BAUER, Adriana; ALAVARSE, Ocimar Munhoz; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Avaliações em larga escala: uma sistematização do debate. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 119-133, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/PgMHxD3BYhzBr6B7CpB5BjS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 23 de novembro de 2024.

FERNANDES, Domingos. Para uma teoria da avaliação formativa. *Revista Portuguesa de Educação*. v. 19, n. 2, p. 21-50, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37419203>. Acesso em 23 de novembro de 2024.

FERNANDES, Domingos. Avaliação Sumativa: Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica (MAIA). Portugal: Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação, 2021. Disponível em: https://afc.dge.mec.pt/sites/default/files/2021-04/Folha%202_Avaliac%CC%A7a%CC%83o_Sumativa.pdf. Acesso em 23 de novembro de 2024.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação Mito e Desafio: uma perspectiva construtivista*. Porto Alegre: Mediação, 2000.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação e práticas pedagógicas*. 2º. ed. Campinas, SP: Papirus, 2009.

HOFFMAN, Jussara, *Avaliar para promover: As setes intenções da avaliação*. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 18ª. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação: da classificação à qualificação*. São Paulo: Cortez, 2011.

LÜCK, Heloísa. *Gestão escolar e qualidade do ensino: práticas para uma escola efetiva*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TAVANO, Patrícia Teixeira, *Práticas de avaliação*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2020. (Série Universitária)

TAVANO, Patrícia Teixeira. *Práticas de avaliação*. 2 ed. São Paulo: Editora SENAC, 2021.